

ENTRE A BÍBLIA E A TRADIÇÃO: A IGREJA CATÓLICA E O TEMA DO SUICÍDIO

Between the Bible and Tradition: the Catholic Church and the issue of suicide

*Fabiano Veliq**

Resumo:

O artigo tem como principal objetivo traçar um panorama sobre o tema do suicídio partindo da forma como o tema é tratado no texto bíblico e como que, posteriormente, tal tema será tratado pela tradição da igreja católica. Para atingir nosso objetivo iniciamos traçando os relatos bíblicos de suicídio pontuando que não há no texto bíblico nenhum tipo de condenação da prática. Em seguida mostramos como que o tema foi trabalhado na história da igreja católica partindo das formulações de Lactâncio, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Em um terceiro momento mostramos como a igreja católica lidou com o tema do ponto de vista moral. Concluimos afirmando que o modo de abordar o tema do suicídio tem como matriz uma antropologia grega e não uma antropologia bíblica, o que gera desafios grandes para as justificativas que se dão para a condenação do suicídio pela igreja católica.

Palavras-chave: Suicídio, Igreja, Bíblia, Moral

Abstract:

The main objective of this article is to outline an overview on the theme of suicide, based on how the theme is treated in the biblical text and how, later on, the theme will be treated by the tradition of the Catholic Church. To achieve our objective, we begin by outlining the biblical accounts of suicide, noting that there is no type of condemnation of the practice in the biblical text. We then show how the subject has been addressed in the history of the Catholic Church, based on the formulations of Lactantius, Saint Augustine and Saint Thomas Aquinas. In a third moment, we show how the Catholic Church has dealt with the subject from a moral point of view. We conclude by stating that the way of approaching the subject of suicide is based on Greek anthropology and not on biblical anthropology, which creates great challenges for the justifications given for the condemnation of suicide by the Catholic Church.

Keywords: Suicide, Church, Bible, Morality

* Doutor em Filosofia pela UFMG. Doutor em Psicologia pela PUC Minas. Professor Adjunto III da PUC Minas.

Introdução

O tema do suicídio se coloca para a humanidade desde os tempos antigos. Dentro de uma tradição cristã, tal problema foi tratado desde o início do cristianismo de maneira nem sempre misericordiosa, e diversas vezes de maneira extremamente conturbada. Blázquez (1985) chama a atenção para o problema do suicídio à luz da moral tradicional da igreja católica, e para fazer tal movimento propõe analisar como que tal tema foi exposto no texto bíblico, nos primeiros autores da igreja católica e atualmente pelo catecismo da Igreja Católica.

Algo que chama a atenção no texto de Blázquez é a lucidez com que o autor trata o tema, evidenciando as tensões advindas pelo lugar ocupado pelo cristianismo no contexto romano. Segundo Blázquez

A reflexão moral cristã sobre o comportamento suicida chegou ao momento culminante em Santo Agostinho. O pensamento agostiniano foi enriquecido e sistematizado depois no século XIII por Santo Tomás de Aquino, que se converteu, até nossos dias, em lugar-comum de referência obrigatória de todos os moralistas católicos (BLÁZQUEZ, 1985, p. 72[318])

8

Mesmo que a questão do suicídio tenha como referência até os dias de hoje as formulações agostinianas e tomasianas, é importante pensarmos que tal tema também já aparece no texto bíblico, de forma que não é estranha a noção de suicídio para o Antigo e Novo Testamento.

O suicídio no contexto do Antigo e Novo Testamento bíblico

No Antigo Testamento temos alguns exemplos de suicídio direto. Abimeleque pediu para ser morto por seu escudeiro em sinal de protesto por ter sido ferido por uma mulher (Jz 9,53-54). Saul suicidou-se lançando-se sobre a ponta da própria espada com o pretexto de evitar a desonra de ser ferido por pessoas incircuncisas. Seu escudeiro, ao vê-lo morto, também se suicidou lançando-se sobre a própria espada (1 Sm 31,3-5). Aquitofel enforcou-se sem outro motivo que o de sentir-se contrariado (2 Sm 17,23). Zimri, vendo que a

cidade estava sendo tomada, lançou-se nas chamas dentro do palácio real que ele mesmo incendiara (1Rs 16,18). Sansão provocou a própria morte junto com a de três mil filisteus como ato de vingança (Jz 16,27-30). Eleazar procurou a morte debaixo do elefante coberto com a armadura real (1Mc 6,42-46). Houve também o suicídio de Razias, chamado “pai dos judeus”. Para evitar cair nas mãos de Nicanor, arremessou-se sobre a própria espada, mas sem êxito por causa da excitação e nervosismo. Depois atirou-se de cima de um muro e arrancou as próprias entranhas, morrendo orgulhosamente perante as tropas invasoras estupefatas (Mc 14,37-46). No Novo Testamento o único caso de suicídio direto é o de Judas Iscariotes: Após consumir a traição de Jesus, Judas foi tomado de remorsos e se enforcou (Mt 27,5; At 1,18).

Todos esses exemplos são citados no texto bíblico e evidenciam que o tema do suicídio não aparecia como um problema *per se* para o povo da Bíblia. A lei mosaica não possui nenhuma condenação explícita ao suicídio, o que pode nos leva a pensar que tal condenação já estaria implícita na condenação ao homicídio, no entanto, essa inferência (na qual Blázquez insiste) não parece ser tão verossímil. O Antigo Testamento possui leis específicas para diversas situações, e o fato de não haver uma específica para um assunto tão específico parece apontar para uma outra visão sobre a vida que não estaria tão condicionada à leitura grega.

Dentro do contexto do Antigo Testamento nos parece que o tema do suicídio não se configura um problema, mesmo que em alguns textos Deus seja colocado como aquele que dá a vida e a tira (Dt 32,39), isso não sustenta a ideia de que o texto bíblico condene o suicídio, pois temos que pensar que o Antigo Testamento se insere, em sua maioria, em um contexto de contato com povos de outras culturas que não a grega.

Para um entendimento da questão no Antigo Testamento seria necessário que se contrapusessem o entendimento dos povos próximos ao povo de Israel no momento da composição dos relatos bíblicos de Juízes, Reis,

2 Samuel, etc. Sem essa leitura contextual (que compõe textos escritos em um espaço temporal de mais ou menos 400 anos) fica fácil cometer anacronismos e projetar no Antigo Testamento visões que não pertenciam ao povo da época. A obra de Martin-Archard (2015) e Ribeiro (2015) lança luzes interessantes para a questão, pois propõe a comparação das antropologias e visões de mundo do povo da Bíblia compostas a partir de um diálogo intenso com os mitos mesopotâmicos, egípcios gregos, ugaríticos, hititas, dentre outros. Neste sentido, é importante salientar o ponto colocado por Gersternberger,

[..] o Antigo Testamento não tem, nem pode ter, uma teologia homogênea. A unidade da fé em Deus, que constantemente queremos criar (ou temos que criar porque, em certo sentido, dela necessitamos), não se encontra nos textos, nem na coletânea de escritos, tampouco no cânon; ela se encontra unicamente em nossa própria perspectiva [...]. Por si, o Antigo Testamento não tem condições de oferecer uma visão teológica ou ética homogênea, pois representa uma aglomeração de experiências de fé das mais diversas situações históricas e sociais (GERSTERNBERGER, 2007, p. 9).

Em relação ao Novo Testamento, a questão se torna um pouco mais simples, pois a composição do Novo Testamento se dá basicamente no século I d.C, após a helenização promovida por Alexandre o Grande, de forma que uma matriz grega de pensamento já é mais visível e a entrada do pensamento estóico e epicurista já se mostra como que pertencente ao ambiente judaico. Como afirma Santos, “Os epicuristas e, também, os estóicos, concebiam que a alma morria juntamente com o corpo e que o estado de morte é nada” (SANTOS, 2016 p. 101). Dessa forma, o morto deixa de existir e não pode ter sensações e nem qualquer tipo de experiência (SCHUMACHER, 2009, p. 193). Nesse sentido para os estóicos a morte não representa nem um bem e nem um mal, mas um indiferente, assim como a vida (OLIVA, 2012, p. 23).

Nesse mesmo sentido, Alvarez (1999) chama a atenção para o fato de que o suicídio grego clássico era ditado por uma espécie de racionalismo sereno e dá diversos exemplos de exortações estóicas em torno do suicídio. Segundo Álvarez,

Cerca de cem anos depois da morte de Sócrates, os estóicos tinham transformado o suicídio na mais razoável e desejável de todas as saídas. Tanto os estóicos quanto os epicuristas diziam-se tão indiferentes à morte quanto à vida. O princípio dos epicuristas era o prazer; tudo o que promovesse o prazer era bom, tudo o que produzisse dor era ruim. O ideal dos estóicos era mais vago e mais nobre: a vida de acordo com a natureza. Quando isso parecia não ser mais possível, a morte se tornava uma opção racional condizente com uma natureza racional. (ÁLVAREZ, 1999, p. 72)

Mesmo com o caráter mais simplificador da caracterização de Álvarez sobre o estoicismo e o epicurismo, é fato conhecido que tanto o epicurismo quanto o estoicismo eram favoráveis ao suicídio, uma vez que a visão de mundo estóica e epicurista dão lugar ao suicídio como uma atitude como qualquer outra. Dentro desse contexto é que podemos entender o relato que Blázquez (1985) faz da condenação dos primeiros cristãos ao tema do suicídio.

O que deve sobressaltar aos nossos olhos é a diferença de antropologia envolvida no texto bíblico e a antropologia de matriz grega. O tema do suicídio é condenado pela Igreja Católica e Protestante partindo de uma matriz grega de pensamento, pois se pensarmos no relato bíblico, a própria noção de “alma” é estranha. É bem sabido que a antropologia judaica não trabalha com a separação entre alma e corpo. Segundo Santos,

Os textos hebraicos, assim como os homéricos, não conheciam a distinção entre alma e corpo que irá aparecer entre os gregos a partir do século VI A.E.C.[...] No mito adâmico, o homem (hb. ’ ādām) é formado do pó da terra (hb. ’ ādāmah) por Yahweh e animado pelo seu sopro se torna um “ser” vivo (hb. nepesh ḥayah), imagem nítida da origem divina da vida, aqui representada pela respiração (Gênesis 2.7) (SANTOS, 2016, p. 90)

Algo que é muito nítido no texto bíblico é como que a ausência de separação entre corpo e alma faz com que se pense que a morte se ligaria à perda da vitalidade, de tal forma que situações de enfermidade, fadiga, sono, sede, fome e angústia eram consideradas similares à morte, mas quando alguém se restabelecia se dizia que havia sido tirado da sepultura (MARTIN-ACHARD,

2015, p. 21-22; FOHRER, 2012, p. 280; KNIBB, 1995, p. 380.) Assim, a própria questão do suicídio precisaria ser encarada de uma maneira diferente, não mais sob à luz da perspectiva grega, mas sim a partir da perspectiva hebraica. Essa mesma noção parece se aplicar aos relatos de Paulo em sua carta aos Tessalonicenses (4:13-17) e aos Coríntios (5:18) quando compara os mortos como quem dorme e será despertado. Aqui a relação com o corpo é importante, pois a ressurreição bíblica é sempre a ressurreição do corpo e não pressupõe uma alma separada. Mesmo Paulo sendo um judeu helenizado, a sua antropologia é ainda uma antropologia judaica próxima ao do Antigo Testamento.

Van Gennepe (2014), ao comentar sobre a importância dos ritos fúnebres para o destino dos mortos aponta para o destino dos suicidas. Segundo Van Gennepe

Citarei a este propósito as variações do destino dos suicidas no além túmulo. R. Lasch encontrou quatro categorias, a saber: 1º) o suicídio é considerado como um ato normal e o destino do suicida é o mesmo que o dos mortos comuns. Ainda mais, o suicídio em caso de doença grave, de mutilação, etc., é um meio para que a alma se conserve em bom estado e não seja enfraquecida nem mutilada; 2º) o suicídio é recompensado no outro mundo (suicídio do guerreiro, da viúva, etc.); 3º) o suicida não pode se juntar aos outros mortos e deve errar entre o mundo dos mortos e o dos vivos; 4º) o suicídio é punido no outro mundo e o suicida deve errar entre dois mundos até que tenha passado o tempo que teria vivido normalmente. Ou então só é admitido em uma região inferior do mundo dos mortos, ou finalmente é punido com suplícios, etc. (inferno). Não é preciso dizer que conforme o suicida se inclua em uma ou em outra destas quatro categorias os ritos funerários são diferentes, tanto os ritos profiláticos e purificadores quanto os ritos de passagem. (VAN GENNEPE, 2012 p. 153)

Diante disso, fica nítido que é difícil tentar atribuir ao texto bíblico uma condenação do suicídio como sendo algo comparado ao homicídio, pois nos parece que na dinâmica do suicídio está em jogo muito mais o destino do suicida no mundo dos mortos do que a relação do homem com Deus. Neste sentido,

é necessário compreender que a ideia de uma continuidade da vida após a morte só entra no mundo judaico após o contato com os persas¹.

A questão do suicídio para os primeiros cristãos até São Tomás de Aquino

Diante desse breve contexto, algo que deveria nos chamar a atenção é o fato de que os primeiros cristãos, quando se colocam contra o suicídio, tem em mente um contexto grego e uma antropologia grega e não judaica. É sabido a influência platônica e neoplatônica nos primeiros séculos da patrística, de forma que a antropologia platônica e neoplatônica se sobressaem em relação ao texto bíblico; ou seja, um dualismo entre corpo e alma se sobressai à visão do ser humano como unidade.

Partindo desse ponto as críticas feitas pelos primeiros cristãos davam primazia à alma sobre o corpo, pois essa é a visão grega, tomada principalmente do Fédon de Platão. (61b - 62c) Assim Blázquez (1985) ressalta as posições de Eusébio de Cesaréia e São João Crisóstomo sobre o tema do suicídio, de forma a evidenciar que antes da formulação agostiniana os primeiros cristãos já debatiam sobre o tema, inclusive tentando diferenciar o suicídio do martírio cristão.

Como exemplo de uma posição anterior a Santo Agostinho, Lactânio (240-320 d.C) em *De Divinis Institutionibus* (Livro III, cap. 18) argumenta que o suicídio deve ser comparado ao homicídio e por isso seria condenável, pois feriria o mandamento “não matarás”. Segundo Lactânio,

Pois se o homicídio é perverso porque destrói um homem, quem se mata fica acorrentado pela mesma culpa porque mata um homem. Na verdade, isto deveria ser considerado um crime maior, cuja punição pertence somente a Deus. Pois, assim como não viemos para esta vida por nossa própria vontade, a saída deste domicílio do corpo que foi designado para nossa proteção deve ser feita por ordem daquele mesmo que nos colocou neste corpo, para habitar nele até que Ele nos ordene a sair. E se alguma violência for

¹ Sobre o tema, recomendamos a obra de Martin-Archard já citada por nós, em que o autor trata as diferentes formas como a noção de morte foi tratada ao longo da construção do povo de Israel

exercida contra nós, deve ser sofrida com serenidade, uma vez que a morte de um homem inocente não pode ser vingada, e temos um grande Juiz a quem sempre pertence sempre a punição na sua totalidade. Foram homicidas, portanto, todos aqueles filósofos e o próprio príncipe da sabedoria romana, Cato, que antes de tirar a sua vida, é dito que leu o livro de Platão sobre a eternidade das almas². (LACTÂNCIO, 1981, p. 214)

Em Agostinho o tema do suicídio se dá de maneira mais incisiva. Para Agostinho, o suicídio não se justifica sob nenhum pretexto, nem mesmo no caso de extremo sofrimento, ou para escapar de uma morte violenta, como alguns primeiros cristãos fizeram. O suicídio seria uma falha moral e aquele que comete suicídio é sempre culpável, independentemente do contexto em que se deu o ato. Segundo Agostinho

Quando a nós, o ouvido é nosso único guia na direção da consciência; não nos propomos julgar coisas ocultas. Ninguém sabe o que se passa no homem, senão o espírito do homem que há nele. Este, porém, é nosso pensamento, nossa convicção, nossa doutrina: Ninguém deve matar-se, nem para fugir das aflições temporais, para não cair nos abismos eternos, nem por causa dos pecados alheios, porquanto a fuga a crime alheio que nos deixa puros vai arrastar-nos a crime pessoal, nem por causa de pecados antigos, pois a penitência, ao contrário, tem necessidade da vida para curá-los, nem pelo desejo de vida melhor, cuja esperança está depois do falecimento, porque o porto de vida melhor no além-túmulo não se abre para os suicidas. (AGOSTINHO, 2017, XXVI, p. 72-73)

Alvaréz (1999) comenta que os argumentos de Agostinho teriam sido instigados pela suicidiomania que acometia os primeiros séculos do cristianismo, de forma que a ideia de martírio se tornou central entre os

² Original consultado em inglês: For if homicide is wicked because it is a destroyer of a man, he who kills himself is fettered by the same guilt because he kills a man. In fact, this ought to be judged a greater crime, the punishment of which belongs to God alone. For, just as we came into this life not of our own accord, so departure from this domicile of the body which was assigned to our protection must be made at the order of the same One who put us into this body, to dwell therein until He should order us to leave. And if some violence is exercised against us, it must be suffered with a calm mind, since the taking of life of an innocent man cannot be unavenged, and we have a great Judge to whom alone punishment in its entirety always belongs. They were homicides, therefore, all those philosophers and that prince of Roman wisdom himself, Cato, who before he took his life, is said to have read Plato's book on the eternity of souls.

primeiros cristãos culminando na doutrina donatista³ que pregava o martírio como forma de vida, e diversos adeptos do donatismo procuravam deliberadamente o martírio, pois acreditavam que o lugar no céu estaria garantido se fossem mortos por alguma pessoa de grande autoridade, ou por uma pessoa religiosa. Havia até mesmo a prática de incitar alguém com violência para que esse outro revidasse e os matassem, ou mesmo invadir rituais pagãos de maneira violenta para serem assassinados pelos membros.

A argumentação agostiniana se funda na noção de que a vida é um dom de Deus e que os nossos sofrimentos fazem parte de um plano divino e não podem ser abreviados por nossa própria vontade. Dessa forma é um dever do cristão suportar pacientemente as adversidades da vida sem jamais dar cabo dela de maneira deliberada. Do ponto de vista argumentativo, Agostinho não difere da argumentação de Lactâncio, que por sua vez reproduz o argumento do Fédon de Platão.

A mesma linha de pensamento é adotada por São Tomás de Aquino. Na summa teológica (II, Art. 5 q. 64) ele defenderá a ideia de que o suicídio é contrário à natureza humana, pois ela busca a sua própria sobrevivência, e o suicídio uma desobediência do sexto mandamento do decálogo (“Não matarás”), pois tal impedimento também se coloca para o próprio sujeito. Um outro argumento de São Tomás é baseado no texto bíblico de Dt 32,29, que afirma que apenas a Deus pertence a vida, de forma que não cabe ao homem o poder de tirar aquilo que compete apenas a Deus. Se Deus deu a vida ao ser humano, apenas Ele pode retirar, qualquer ato humano no sentido de tirar a própria vida é uma injúria contra Deus.

³ O donatismo (cujo nome advém de Donato de Casa Nigra, bispo da Numídia e posteriormente de Cartago) foi um culto religioso cristão, considerado herético e cismático pelo catolicismo. Surgiu nas províncias do Norte de África na Antiguidade Tardia. Iniciou-se no início do século IV e foi extinto no final do século VII

As bases tomasianas também advém de fontes não cristãs. O pecado contra Deus segue a doutrina agostiniana que já comentamos derivar de Platão. A noção de que o suicídio seria contra a justiça remonta a Aristóteles (Ética a Nicômaco, Livro V) que defendia que o suicídio seria uma ofensa contra a pólis, pois o cidadão ao se matar estaria privando a pólis de um cidadão útil, ou seja, pode ser encarado como um ato de irresponsabilidade social. São Tomás reproduz a noção aristotélica de que o ser humano é parte de toda uma comunidade humana, e por isso o suicídio é uma injúria contra a comunidade humana.

A questão do suicídio na Igreja do ponto de vista moral

Do ponto de vista da moral cristã sobre o suicídio a disciplina canônica foi o lugar por excelência onde o tema foi debatido. Blázquez (1985) chama a nossa atenção para o fato de que no cânone dos apóstolos já há uma condenação para todos os leigos que se mutilassem. Eles deveriam ser excluídos da recepção das ordens sagradas. A mutilação era vista como um atentado suicida contra a própria vida, de forma que era equiparada ao suicídio.

O concílio de Gaux (305) excluiu do número de mártires todos os que tentaram tirar a própria vida. O concílio de Cartago (348) se opunha aos pseudo-mártires que tiraram sua própria vida. Em 533 d.C, o Concílio de Orleans proibiu que se prestassem honras fúnebres a todo aquele que se matasse. O concílio de Braga (563) proíbe que se execute os cantos fúnebres para os que se suicidaram, e eles deveriam ser excluídos dos sufrágios litúrgicos. Dessa forma percebe-se que aos suicidas é vetada a participação nos ritos fúnebres, de forma que a resposta da Igreja sobre o tema vai se tornando cada vez mais veemente. E por último, em 693 d.C, no Concílio de Toledo, ficou determinado que até mesmo aquele que não tivesse tido sucesso em sua tentativa de suicídio deveria ser excomungado, ou seja, o ato de tentar se matar passa a ser condenado pela Igreja Católica a partir do século VII d.C.

O codex de 1917 colocava sanções contra o suicídio por entender que quem tenta o suicídio atenta contra a própria vida e contraria o quinto mandamento. Os cânones 1240,1⁴ e 2350,2⁵ não permitem que se sepultem com os ritos fúnebres os que deliberadamente tiram a própria vida, no entanto, no cânone 1240,2⁶ há um atenuar da proibição para os que sofrem de transtornos mentais, de forma que a orientação é a de que, caso não saiba o que levou o sujeito ao suicídio, o melhor é que se faça os ritos fúnebres. O codex de 1983 declara como “irregulares”⁷ os que tentaram tirar a própria vida, o que impede de receber ordens sacras, bem como exercê-las, assim como deixa a cargo pastoral dos bispos o realizar ou não a sepultura eclesiástica em cada caso particular.

Conclusão

A matriz grega de pensamento se faz presente na forma da Igreja Católica lidar com o tema do suicídio até os dias de hoje. A dualidade corpo/alma se torna decisiva na forma de encarar o problema, e nesse caso, mesmo com o atenuar provocado pelo Codex de 1983, ainda há a primazia da alma sobre o corpo. Os desafios morais que envolvem o suicídio com o avanço da tecnologia não são considerados ainda de forma clara pela Igreja Católica. Temas como

⁴ Cf. Codex 1917. Ecclesiastica sepultura privantur, nisi ante mortem aliqua dederint poenitentiae signa: Qui se ipsi occiderint deliberato consilio. (Estão privados de sepultamento eclesiástico, a menos que tenham dado alguns sinais de penitência antes da morte: Aqueles que se mataram com um plano deliberado)

⁵ Cf. Codex 1917. Qui in seipsos manus intulerint, si quidem mors secuta sit, sepultura ecclesiastica priventur ad normam can. 1240, §1 (Aqueles que impuseram as mãos sobre si mesmos, seguido de morte, estão privados de sepultura eclesiástica segundo a norma Can. 1240 §1)

⁶ Cf. Codex 1917. Occurrente praedictis in casibus aliquo dubio, consulatur, si tempus sinat, Ordinarius; permanente dubio, cadaver sepulturae ecclesiasticae tradatur, ita tamen ut removeatur scandalum. (Quando nos casos acima mencionados houver alguma dúvida, deverá ser consultado o Ordinário, se o tempo o permitir; em caso de dúvida permanente, o cadáver deverá ser entregue para sepultura eclesiástica, de modo a afastar o escândalo)

⁷ Cf. Codex 1983. 1041 - Ad recipiendos ordines sunt irregulares: qui voluntarium homicidium perpetraverit aut abortum procuraverit, effectu secuto, omnesque positive cooperantes; 5º qui seipsum vel alium graviter et dolose mutilaverit vel sibi vitam adimere tentaverit; (são irregulares para receber ordenações: 5º quem cometeu homicídio voluntário ou fez um aborto, com o resultado a seguir, e todos que cooperam positivamente; 5º quem se mutilou grave e maliciosamente a si mesmo ou a outrem, ou tentou tirar a própria vida;)

eutanásia, suicídio assistido, ortotanásia, aborto ainda se colocam como tabus dentro da Igreja em nome da visão dualista advinda do platonismo e do neoplatonismo.

Como mostramos brevemente, não há suporte bíblico para a condenação do suicídio, mas desde o início do cristianismo o tema é tratado à luz da antropologia grega e não a partir de uma antropologia bíblica, o que faz com que o tema sempre recaia no mesmo lugar da primazia da alma sobre o corpo. Sabemos que vários temas concorrem neste assunto específico, incluindo o tema da liberdade, da vida, da moralidade, dentre outros. Acreditamos que o tema do suicídio é um tema importantíssimo para o debate contemporâneo e do ponto de vista filosófico e teológico se coloca como algo que precisa ser constantemente pensado e repensado para que o cristianismo seja capaz de dar respostas aos novos dilemas que surgem na sociedade.

Bibliografia

- AGOSTINHO, Santo. A Cidade de Deus: (contra os pagãos) parte I/Santo Agostinho: introdução de Emmanuel Carneiro Leão; tradução de Oscar Paes Leme. Petrópolis, RJ; Vozes; São Paulo: Federação Agostiniana Brasileira; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2017 – (Vozes de Bolso)
- ÁLVAREZ, Alfred. O deus selvagem: um estudo do suicídio. Tradução de Sônia Moreira. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.
- AQUINO, São Tomás. Suma teológica. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Bauru, SP: Edipro, 2002.
- BÍBLIA. Português. BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus. 2002.
- BLÁZQUEZ, Niceto. A moral tradicional da Igreja sobre o suicídio. In Suicídio e direito de morrer. Revista Concilium/199 - 1985/3 pp. 72[318] a 84[330].
- CODEX IURIS CANONICI ano 1917. Disponível em [Codex Iuris Canonici an. 1917 \(internetsv.info\)](#) acessado em 09/10/2023.
- CODEX, IURIS, CANONICI ano 1983. Disponível em [Codex Iuris Canonici - Liber IV \(Cann. 834-1253\) \(vatican.va\)](#)
- FOHRER, Georg. História da religião de Israel. São Paulo: Paulus, 2012.
- GELLNER, Ernest. (1992). *Nations and nationalism*. New York: Cornell University Press.
- GENNEP, Arnold van. Os ritos de passagem: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc.; tradução de Mariano Ferreira, apresentação de Roberto da Matta. Petrópolis, Vozes, 2012.
- GERSTENBERGER, Erhard S. Teologias no Antigo Testamento: pluralidade e sincretismo da fé em Deus no Antigo Testamento (São Leopoldo: Sinodal/CEBI, 2007.

- KNIBB, M. A. Vida e morte no Antigo Testamento. In: CLEMENTS, R. E. (org.). O mundo do Antigo Israel: perspectivas sociológicas, antropológicas e políticas. São Paulo: Paulus, 1995. p. 376-395.
- LACTÂNCIO. The Divine institutes. Books I-VIII. Translated by Sister Mary Francis McDonald, O.P. The Catholic University Press. Washington, D.C. Segunda edição. 1981
- MARTIN-ACHARD, Robert. Da morte à ressurreição segundo o Antigo Testamento. Santo André: Academia Cristã, 2015.
- OLIVA, Luís César. A existência e a morte. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- PFEIFFER, Charles F. (1975). *Old Testament History*. Grand Rapids: Baker Book House.
- PLATÃO. Diálogos: o banquete - Fedon - sofista - político. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- RIBEIRO, Osvaldo Luiz. Homo Faber. O contexto da criação em Gênesis 1:1-3. Editora Mauad X. Rio de Janeiro. RJ. 2015.
- SANTOS, André Ricardo Nunes dos Autokheiría na Palestina Romana: [manuscrito] : o problema do suicídio na obra Guerra dos judeus de Flávio Josefo (séc. I E.C.) / André Ricardo Nunes dos SANTOS. - 2016 (Dissertação não publicada)
- SCHUMACHER, Bernard. Confrontos com a morte: a filosofia contemporânea e a questão da morte. São Paulo: Loyola, 2009.